

PATOLOGIZAÇÃO DA ESFERA PÚBLICA E SEUS NEXOS TEÓRICO-CRÍTICOS COM A “AGITAÇÃO FASCISTA” CONTRA MINORIAS NAS REDES SOCIAIS DA INTERNET

PATHOLOGIZATION OF THE PUBLIC SPHERE AND ITS THEORETICAL- CRITICAL LINKS WITH THE “FASCIST AGITATION” AGAINST MINORITIES ON INTERNET SOCIAL NETWORKS

Sayonara Leal¹

Fábio da Nóbrega Júnior²

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9369-1960>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3719-4286>

Submissão: 19/03/2024

Aprovação: 25/04/2024

RESUMO:

Este texto traz uma reflexão a respeito da agitação fascista nas redes sociais eletrônicas e seus nexos teórico-críticos com a o fenômeno da patologização da esfera pública contemporânea. Com base na análise de discursos de postagens de membros de comunidades virtuais, afinadas à extrema direita, discutimos como o tratamento dispensado por esses agrupamentos a problemas públicos como racismo e preconceito de gênero se beneficia do direito à liberdade de expressão para distorcer formas de vida e práticas socioculturais de grupos minoritários no Brasil. Neste sentido, inferimos que a agitação de contra públicos ultraconservadores em mídias sociais, ao postular um vocabulário de desvalorização de minorias sociais, se traduz

¹ Mestre e Doutora em Sociologia. Professora Associada do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB), bolsista produtividade do CNPq. E-mail: sayoleal@gmail.com - **Ark:/80372/2596/v13/020**

² Bacharel em Sociologia e Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGSol/UnB), do Instituto de Ciências Sociais – ICS-UnB. E-mail: jr.fabio22@gmail.com - **Ark:/80372/2596/v13/020**

em sintoma da fragilização das democracias liberais, dificultando debates públicos em espaços comunicativos e desenvolvimentos da política deliberativa. Inferimos que a agitação fascista corrobora para minar o reconhecimento como base normativa para alcançar sociedades mais justas e democráticas, ao rotinizarem semanticamente o ato moral de desrespeito às peculiaridades preliminarmente existentes individuais ou coletivas. Assistimos, assim, nessas comunidades cognitivas performances discursivas reacionárias à ampliação de raios de autonomia de sujeitos de direito.

PALAVRAS-CHAVES: Esfera Pública. Agitação Fascista. Bolsonarismo. Redes Sociais Online.

ABSTRACT:

This text reflects on the fascist agitation on electronic social networks and its theoretical-critical links with the phenomenon of pathologization of the contemporary public sphere. Based on the discourse analysis of posts by members of virtual communities, aligned with the extreme right, we discuss how the treatment given by these groups to public problems such as racism and gender prejudice benefits from the right to freedom of expression to distort ways of life and sociocultural practices of minority groups in Brazil. In this sense, we infer that the agitation against ultraconservative audiences on social media, by postulating a vocabulary of devaluation of social minorities, translates into a symptom of the weakening of liberal democracies, hindering public debates in communicative spaces and developments in deliberative politics. We infer that fascist agitation contributes to undermining recognition as a normative basis for achieving more just and democratic societies, by semantically routinizing the moral act of disrespecting preliminarily existing individual or collective peculiarities. We thus witness, in these cognitive communities, discursive performances reactionary to the expansion of the range of autonomy of subjects of law.

KEYWORDS: Public Sphere. Fascist Agitation. Bolsonarism. Online Social Networks.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo se inscreve no campo temático das problematizações acerca do fazer política nas democracias contemporâneas a partir de praxeologias anti-comunicativas e, portanto, não dialógicas, nas redes digitais, onde se proliferam formas de expressividade do

fenômeno da “patologização” da esfera pública em ambientes virtuais (Gimenez, Voirol, 2017). São em plataformas tecnológicas online que grupos de extrema direita têm exercido a chamada “agitação fascista” (Voirol, 2017), disseminando seus discursos de ódio e repúdio a pilares democráticos como os direitos humanos e aqueles dirigidos a minorias. A perspectiva adotada neste texto foi a de explorar a pista da “fascização” das esferas públicas a partir do estudo de formas diversas de manifestações de ideologias de extrema direita na Web, apartadas da normatividade da democracia liberal, no Brasil.

Nossa pesquisa adotou a perspectiva de análise do fenômeno atual da patologização da esfera pública em tempos de democracia digital atentando para maneiras de ocupação, organização e expressividade em redes sociais na Internet de grupos alinhados a ideologias fascistas do passado recente da história ocidental, como é o caso, no Brasil, dos chamados “bolsonaristas”. Em nosso trabalho, consideramos esses sujeitos como o tipo antropológico que atua como “profeta do engano” (Löwenthal; Guterman [1949], 2019), em redes sociais digitalizadas se utilizando da desinformação como forma de nutrir contrapúblicos reacionários ao progressismo da sociedade brasileira, se utilizando da liberdade de expressão em favor de uma epistemologia antidemocrática. Trata-se, resumidamente, de eleitores e apoiadores declarados do hoje, ex-presidente da República (2019-2022), Jair Messias Bolsonaro, que se caracterizam, em geral, pela defesa do armamento civil, de valores da família tradicional, do conservadorismo dos costumes que alicerçam o patriarcado e suas consequências sociais (machismo, desigualdades de gênero), da restrição do acesso aos direitos humanos aos considerados “humanos direitos”, militarização da educação, postulando um modelo de democracia iliberal (esvaziada de direitos fundamentais), entre outros.

O “bolsonarista” apresenta um aspecto crucial, de cunho patológico, que interessa a este texto, que contribui para abalar pilares democráticos do nosso convívio social, ele atua discursivamente para minar o desenvolvimento livre de personalidades e identidades diversas na sociedade ao reforçarem preconceitos e racismos. Neste sentido, suas táticas discursivas e linguagem se aproximam de gestos fascistas, sem se confundir com o fenômeno histórico do Fascismo, como advertem Lessa (2020), Gentile e Piovezani ³(2020), Traverso (2016, 2017), mas, corroborando para formas de repressão de diferenças políticas, culturais, identitárias atraindo o consentimento popular, em prol, inclusive da eleição de lideranças desse espectro da direita radicalizada no país. A performance discursiva e linguajar fascista

³ Os autores sustentam que traços do fascismo, enquanto movimento político datado e contextualizado na Itália, da primeira metade do século XX, podem respingar ou configurar um tipo de linguagem característico de líderes autoritários, como no caso de Bolsonaro, no Brasil.

desses grupos encontram lugar e eco nas redes sociais online.

Abordamos, aqui, as patologias sociais (Honneth, 2016, Bressani, 2015) no quadro de transformação das mídias clássicas, assim como no contexto de uma profunda mutação da esfera pública contemporânea em relação ao seu modelo normativo e sua função política tal como aparece em Habermas (1989) e Arendt (1982). Como observa Voirol (2017), “No lugar de uma esfera pública nutrida pela problematização e a investigação coletiva, uma adesão disciplinada é privilegiada sob a forma de uma identificação simbólica remetendo à construção ideológica de uma comunidade simbólica unificada projetada onde não se discute.” (p. 141). Há, nesse sentido, uma perda do potencial dialógico (Habermas, 1989, 2020) e investigativo-educativo (Dewey, 1939) em processos comunicativos, com fortes implicações para a formação de capacidades críticas dos atores sociais (Boltanski, 2015; Boltanski, Thevenot, 2007). A capacidade crítica é aquilo que permite a desnaturalização e estranhamento do consenso em torno de polêmicas e controvérsias e alicerça a formulação de problemas públicos, nos termos de uma “cooperação reflexiva” (Honneth, 2001), envolvendo diferentes posições e opiniões. No entanto, redes sociais digitais têm facilitado nas democracias atuais, sobretudo, em momentos de pleito eleitoral, espaços onde atuam fortemente “agitadores fascistas” que não se debruçam sobre causas objetivas de perturbações que os incomodam, mas insistem em apontar inimigos que devem ser eliminados, do ponto de vista simbólico, fazendo uso, inclusive, de *fake news*, impossibilitando qualquer debate público sério sobre problemas sociais ou pautas de costumes.

Estudos mostram que a indústria de notícias falsas se beneficia de ambientes políticos polarizados contribuindo para desinformação da população. Além de suscitar comportamentos anticívicos, intolerantes e delirantes, as *fakenews* representam uma ameaça à democracia, visto que o espalhamento de notícias fraudulentas gera insegurança e está no cerne da ascensão de movimentos ultraconservadores e segregacionistas no espaço público. (Oliveira; Gomes, 2019). Este, enquanto locus de integração política de cidadãos do Estado, garante a perenidade da entidade coletiva democrática (Habermas, 2022), no entanto, perde seu apoio normativo fundado na deliberação quando colonizado pela desinformação aliada a violências simbólicas. Além disso, é importante salientar que a quantidade massiva e infinita de dados que circulam nesse espaço favorece a atuação de governos autoritários, pois se torna inviável para a população verificar as devidas informações corretas. Logo, as bolhas e filtros das mídias digitais corroboram cada vez mais para a “zumbificação” da informação” (Leite; Matos, 2017).

É, neste sentido, que constatamos que o progresso tecnológico da comunicação digital favorece tendências a aberturas, mas também à fragmentação de estruturas midiáticas onde qualquer pessoa pode ser autora do conteúdo que dissemina nos meios digitais, inclusive, sem atentar para princípios deontológicos de comunicação. Em termos habermasianos, isso significa que presenciamos hoje uma nova mudança estrutural da esfera pública, caracterizada por um modo de comunicação semipública, fragmentada e autorreferencial nas redes sociais digitalizadas com fortes implicações para a confiabilidade e estabilidade do sistema político democrático. (Habermas, 2022). Inferimos que tal fenômeno sinaliza o avanço da “patologização da esfera pública contemporânea”, cuja evidência robusta, para nós, está na ideologização de princípios da Constituição democrática (igualdade, liberdade, justiça social), incarnados em direitos universais e específicos, veiculada na expressividade da “agitação fascista” em discursos de ódio contra minorias em redes de sociabilidades na Internet, em várias democracias e, inclusive, entre nós brasileiros e brasileiras. Neste sentido, preservar o teor semântico de conceitos centrais à gramática social apoiada na ordem constitucional consiste em preservar na consciência cidadã o significado da democracia e das condições de participar dessa forma de governo. A engrenagem da indústria da desinformação, bem instrumentalizada pela extrema-direita, como observamos em nossa pesquisa, opera justamente no sentido contrário, eclipsando o potencial comunicativo deliberativo da esfera pública contemporânea ao distorcer sentidos e propósitos da gramática moral das lutas por reconhecimento de movimentos plurais.

A partir do disparo de notícias falsas, grupos bolsonaristas se tornam protagonistas da propagação do caos informacional no tratamento de problemas públicos como racismo e discriminação de gênero. Observamos marcadores semânticos nas expressividades desses internautas que remetem à “formação discursiva bolsonarista” que se afinam à gramática de uma eticidade autoritária que reflete, em termos adornianos, “aspectos do novo radicalismo de direita” (Adorno, 2020), tais como: racismo, negacionismo, anticientificismo e anti-intelectualismo.

A pesquisa foi realizada, de setembro de 2019 e novembro de 2020, no ciberespaço com a adoção do método da etnografia virtual em três grupos bolsonaristas no Facebook e em dois no WhatsApp. Operamos com a técnica de observação de mensagens, áudios, imagens, memes e GIFs. Buscamos articular a teoria crítica a uma fenomenologia dos registros morais acerca do mundo LGBTQIA+ segundo os pesquisados.

Adotamos a postura de acessar os membros dessas comunidades virtuais por meio de mediações sociais feitas por eles a partir de um vocabulário moral e afetivo vulgarizado no seio das relações sociais ordinárias no país, nos últimos tempos (kit gay, mamadeira erótica, ideologia de gênero, marxismo cultural), e não como tipos de estruturas psíquicas prévias (tipo fascista). Esta postura metodológica nos permitiu identificar a semântica gerada pelas interações discursivas entre os internautas nesses espaços, as quais apontam seja para formas ideológicas de reconhecimento e desrespeito, seja para a negação de reconhecimento dos direitos de minorias e modos de existência de indivíduos que escapam à heteronormatividade, sem, com isso, sugerir que se tratava de indivíduos nazi-fascistas. Os dados permitem inferências sobre dificuldades e desafios que enfrentamos no Brasil para a adoção de estilos de vida mais democráticos, nos termos de uma democracia radical (Dewey, democracia cooperativa e Habermas, democracia deliberativa), muito em função dos prejuízos sociocognitivos oferecidos pela naturalização da desinformação em nossas comunicações cotidianas que afetam sobremaneira a formação de um consenso intuitivo mínimo sobre pilares elementares da Constituição.

O presente artigo está dividido em três partes. Em um primeiro momento destrinchamos o conceito de esfera pública e as mutações de sua configuração ao longo do tempo, nos termos de Habermas, dando enfoque para o papel político exercido, historicamente, por este espaço em democracias liberais. Em seguida, tratamos como o paradigma inclusivo que molda a esfera pública contemporânea oferece as condições sociotécnicas para produção e proliferação de fakenews corroborando para o que denominamos aqui de “patologização da esfera pública contemporânea”, causando prejuízos ao potencial de capacidade crítica dos eleitores e eleitoras. Por fim, discutimos os procedimentos metodológicos e teóricos da investigação, abordando como o processo de ideologização de fundamentos basilares da vida democrática como direitos, justiça, igualdade, liberdade constitui o pano de fundo da agitação fascista em comunidades virtuais bolsonaristas. Neste sentido, nos beneficiamos, heurísticamente, dos estudos produzidos nos Estados Unidos sobre personalidade autoritária e agitação fascista realizados por autores da teoria crítica, em meados do século XX, nesse país.

2. AS MUDANÇAS ESTRUTURAIS DA ESFERA PÚBLICA HABERMASIANA E SEUS NEXOS COM AS TECNOLOGIAS INFORMACIONAIS

A vitalidade dos regimes democráticos passa necessariamente pela facilitação de lócus de debates públicos, offline ou online, seja de presença organizada ou espontâneos. Por isso, nos reportamos à essencialidade da categoria de esfera pública como espacialidade fundamental para a construção de possibilidades de processos emancipatórios, de autonomização dos sujeitos, de embates argumentativos a partir de posições divergentes, de construção de problemas públicos e de busca de suas soluções.

A categoria de esfera pública remete à reunião, a agrupamento de pessoas que saem do seu âmbito privado e formam uma coletividade reivindicando as suas demandas junto ao governo. Ou seja, há um debate entre esse público e as autoridades (e contra as autoridades) para discutir temas relacionados ao trabalho, às mercadorias, aos direitos liberais. Ambientes como bares, cafés, teatros, concertos e meios de comunicação (eletrônicos e online) se constituem como lugares de trocas argumentativas, isto é, espaços que possuem uma estrutura comunicacional que envolve dispositivos de participação da palavra livre de constrangimentos, mas, ao mesmo tempo, sujeita à eticidade democrática ou a regulações amparadas no Estado de Direito Democrático. Com isso, pode-se observar que a esfera pública se torna um princípio organizativo da vida política onde se manifesta a razão comunicativa (Palermo, 2014). Assim, ela é vista, desde Habermas e Hannah Arendt, como condição de uma forma de vida democrática, inviabilizada, no entanto, quando se reduz a um ponto de vista único.

A concepção da esfera pública enquanto lugar do agir comunicativo na teoria social, como sabemos, está bastante referenciada no conceito kantiano de esclarecimento, opinião tornada pública, retomada por Habermas, em vários trabalhos, sobretudo na *Mudança Estrutural da esfera pública*. Essa categoria recebe deste autor um tratamento histórico-sociológico e é definida como lócus de processos discursivos operados pela burguesia europeia, dos séculos, XVII, XVIII, XIX, até o advento da era das massas com a industrialização da cultura. Mas, apesar das críticas trazidas à abordagem habermasiana de espaço público, por autores como Nancy Fraser (2001), acerca da não consideração da participação nesse espaço de outros públicos (em especial dos contra-públicos subalternos), para além daqueles esclarecidos/ilustrados oriundos da intelectualidade burguesa, ou dos

cidadãos da pólis ateniense, no caso de Arendt, a esfera pública segue reconhecida como espaço indispensável para a reflexão contemporânea sobre as modalidades de organização da vida política e social. A sua configuração, também, como sabemos, deve ser pensada a partir de experiências homologas em outras regiões do mundo, em perspectiva pós-colonial, em termos da articulação entre atividade política e práticas discursivas, em lócus não apenas referenciados em metrópoles urbanas europeias, onde a burguesia não é, necessariamente, o principal agente/sujeito operador desses espaços⁴.

Por se tratar de fenômeno social e histórico, a estruturação da esfera pública está sujeita à dinâmica das mudanças societais, o que não implica, necessariamente o seu desaparecimento. Neste sentido, observamos que a popularização do acesso à rede e a quantidade de conteúdo informacional favoreceram a inserção de mais indivíduos no debate argumentativo, que antes

não tinham acesso a essa interação comunicativa (Lattman-Weltman, 2015; 2017). Portanto, surgem novas identificações sociais, ideologias e grupos políticos que contrariam o *status quo*. Apesar de haver uma fragmentação da comunidade política causada pela inserção de novas identidades no debate argumentativo, há ainda princípios e uma linguagem comum em favor de uma argumentação pública, isto é, a esfera pública não desapareceu, mas sofreu mudanças estruturais, inclusive no Brasil (Gomes, 2020).

Em Habermas podemos mapear três momentos fundamentais em que o autor identifica alterações significativas nesse espaço, com consequências importantes para sua função política, sem jamais negar o seu potencial dialógico, mas sempre atentando para as implicações para o processo político democrático de sua degeneração.

No primeiro momento, Habermas (2014) constata a ascensão e o declínio da esfera pública burguesa com a ascensão da publicidade comercial e a coerção da opinião pública, isto é, quando ocorre a perda de poder político e reprodução social instrumentalizada pela razão tecno-ideológica desse espaço. Consequentemente, podemos falar de uma racionalidade tecnológica que transforma a prática política em instrumento da ciência e da técnica, excluindo uma esfera comunicativa sancionada linguisticamente (Lubenow, 2013), nos termos do mundo da vida. Assim, a partir do momento em que a práxis política se transforma em técnica política, a atividade prática das discussões políticas se desmembra da discussão pública, excluindo a esfera comunicativa. Logo, “a utilização do conhecimento

⁴ Como no caso do Brasil, quando Lavina Ribeiro (2004) vai evocar a “imaginação de uma esfera pública brasileira”, ou no caso de Said Arjomand (2001), que se refere a uma espacialidade localizada na tradição política persa.

técnico para influenciar a prática política caracteriza um exercício de poder do político que se baseia, em última instância, em decisões racionalmente injustificáveis entre valores e interesses em disputa” (Lubenow, 2013, p. 94). Este antagonismo entre saber técnico e o exercício da dominação política se sustenta ideologicamente numa base legitimadora insuficiente. Ocorre, então, que ao invés de uma discussão pública das questões práticas, ganha força o exercício burocratizado do poder e da dominação, em que há um espaço de opinião pública com fins manipulativos, o que fragiliza, sobremaneira uma base institucional robusta para uma esfera pública política crítica.

No segundo momento, Habermas (1997) retoma a sua teoria da esfera pública para dar conta das mudanças estruturais desses espaços comunicativos e observa que estes não desapareceram, mas precisam ser identificados a partir de novas configurações. Essas esferas, explica Habermas, diferenciaram-se por níveis, segundo a densidade da comunicação, da complexidade organizacional e da sua abrangência. Assim, o autor destaca três modelos de esfera pública: 1) *esfera pública episódica* (ambientes como bares, cafés, encontros em vias públicas, sem serem necessariamente previstos); 2) *esfera pública de presença organizada* (reuniões de familiares, público de teatro, concertos, encontros de partidos, congressos), ou seja, são espaços de encontros previstos; 3) *esfera pública abstrata* (são espaços configurados na e pela mídia, leitores, auditores, espectadores singulares ou agrupados globalmente), trata-se às vezes de cenas virtuais, arenas de comunicação arranjadas, produzidas por profissionais.

E, no terceiro momento, mais recentemente, J. Habermas (2022) trata de uma mudança infraestrutural da esfera pública, caracterizada por “um modo de comunicação semipública, fragmentada e autorreferencial, que deforma a percepção que se faz este público do espaço público político enquanto tal.”, com fortes consequências para estabilidade do sistema político democrático. (Habermas, 2022, p. 57-8). O autor relaciona a crise das democracias contemporâneas à crescente digitalização da comunicação pública que oportuniza maior inclusão de produtores de conteúdos nesse espaço, mas com déficit de regulação constitucional. A pouca ou a não regulamentação do universo digital corrobora para o enfraquecimento da formação deliberativa da opinião e da vontade e da percepção da fronteira entre domínios público e privado. Esta separação, no entanto, é salutar desde que problemas da esfera íntima que envolvem violências simbólicas ou físicas contra mulheres e

criança, por exemplo, não sejam impedidos de ganhar visibilidade e problematização no espaço público⁵. Diz o autor,

Do ponto de vista dos espaços comunicacionais semi-privados e semi-públicos no seio dos quais evoluem hoje os utilizadores das redes sociais, o carácter inclusivo de um espaço público que havia sido até agora separado de maneira reconhecível da esfera privada desaparece. Como entendo mostrar, é nisso que consiste – e é o caso aqui em primeiro lugar da subjetividade dos utilizadores das redes sociais – o fenómeno inquietante, um fenómeno que, ao mesmo tempo, chama a atenção sobre a insuficiência flagrante da regulação política dessas novas mídias. (Habermas, 2022, p. 77).

O problema central nessa terceira virada do espaço público está tanto na falácia do pluralismo opinativo que facilitaria a cultura política deliberativa, como pressuposto determinante da informatização da esfera pública, como na incerteza de garantias de transferência efetiva das normas que regulam o sistema midiático para o espaço auto-referenciado de comunicação pública em comunidades digitais. É nesta última modalidade de esfera pública que concentraremos a nossa análise daqui para frente por se vincular a nossa discussão acerca de um modelo de socialização política disposto nas plataformas digitais pautado na desinformação e averso a troca de críticas fundamentadas na razão comunicativa. É justamente, o déficit de eticidade democrática combinado à fragilidade da regulação do trâmite de conteúdos nas redes sociais digitais que nos permitem seguir a pista da “fascizinação” da esfera pública no Brasil.

As redes sociais digitais brasileiras servem como palcos de ideologização de demandas legítimas por reconhecimento de grupos sociais minoritários, as quais são distorcidas e banalizadas na formação discursiva bolsonarista como privilégios concedidos a coletivos identitários que não se encaixariam no regime de igualdade que abarcaria a totalidade da sociedade brasileira.

⁵ Sobre a pertinência de problemas íntimos se tornarem problemas públicos nas democracias contemporâneas, vide Cefai (2017^a, 2017b).

Devido à função política fundamental das mídias sociais, nos debruçamos sobre a circulação das ideologias da igualdade, da equivalência de direitos entre maioria e minorias e do desrespeito à comunidade moral ultraconservadora em redes digitalizadas porque, justamente, estas corroboram para a formação enviesada da opinião e da vontade política quando se inviabiliza o debate público acerca da diversidade de demandas de justiça simbólica (cultural) e justiça social de grupos historicamente à margem do acesso aos direitos universais no país.

Tal fenômeno pode ser observado em plataformas tecnológicas online onde grupos ultraconservadores, considerados muitas vezes como de extrema direita, têm exercido a chamada “agitação fascista” veiculando informações falsas em discursos de ódio e repúdio a pilares da democracia liberal como os direitos humanos, em particular, aqueles dirigidos a minorias. O que vai reforçar o que estamos chamando aqui de patologização da esfera pública digital, caracterizada por regimes de sociabilidades descivilizadas e pelo fortalecimento de epistemologias anti-democráticas, com alto alcance e capacidade de viralização.

3. FAKE NEWS COMO VETOR DE PATOLOGIZAÇÃO DA ESFERA PÚBLICA DIGITAL: O ECLIPSE DA POLÍTICA

Com o advento da esfera pública digital, muitos internautas acreditam que as mídias sociais deram ênfase à liberdade de expressão, fortalecendo, assim, os princípios da esfera pública. Mas, na prática, vemos também nesse espaço a manifestação de uma linguagem agressiva e autoritária que visa perseguir cyber ativistas que defendem políticas progressistas. Sendo assim, pautas como ações afirmativas, demarcação de territórios indígenas, direitos humanos e feminismo se tornam alvos de ataques de grupos da extrema-direita no Brasil.

As redes eletrônicas de sociabilidade passam a ser lócus importante de expressividade de grupos sociais conservadores que disseminam conteúdos de cunho racista, LGBTfóbico, machista e xenofóbico. Cultiva-se uma guerra contra aquilo que não é idêntico, um cenário de amigo e inimigo, herói e vilão, (Cesarino, 2019). Esse contexto, além de ser desfavorável à democracia, compromete o debate público, sobretudo, quando notícias falsas são usadas como ferramenta para manipulação da opinião pública.

As fakes news podem ser consideradas uma “catástrofe informacional”, pois

criam ondas de desinformação em massa. Com efeito, o termo *fake news* se torna uma terminologia para designar informações não verídicas, transmitidas através de imagens, mensagens, áudios, GIFS ou vídeos editados para desinformar a audiência ou obter alguma vantagem sobre ele ou ela (Júnior et al., 2020, p. 336). Neste sentido, vemos uma vulnerabilidade, por parte dos internautas, para saber o que corresponde à realidade ou não. Como consequência desse fator, surge uma descrença na política, na ciência e na mídia oficial, como se estas fossem instâncias emissoras de mentiras e a Internet a fonte libertadora e detentora da verdade. Isso pode ser concebido como uma projetividade, isto é, a tendência em acreditar que coisas loucas e insanas ocorrem no mundo, a projeção para fora de impulsos emocionais inconscientes, aspecto que Adorno et al. (2019) já tinham identificado nas manifestações de tendências fascistas, nos EUA, do pós- II Guerra, ao tratar do advento do tipo antropológico autoritário, adepto a posturas antidemocráticas.

A pós-verdade assume um papel de protagonista e de salvadora contra as instituições modernas produtoras de conhecimento. Nas palavras de Cesarino (2019), a pós-verdade pode ser definida como “o resultado da reestruturação epistêmica provocada pela universalização das mediações digitais”, também entendida como “a nova guerra contra os fatos”, os quais seriam suplantados, em importância, pelas emoções. (D’Ancora, 2018).

No contexto de alta relativização da verdade, partidos políticos e movimentos de extrema direita têm utilizado dispositivos de comunicação e de mobilização pelo afeto que servem aos seus propósitos ideológicos baseados no pensamento ultraconservador, muitas vezes em choque com pilares da democracia liberal representativa. Essas campanhas políticas, cujo *modus operandi* continua sendo mobilizado, mesmo depois de pleitos eleitorais, recorrem a fatos alternativos para atrair cidadãos e cidadãs resignados (as) e descrentes da política e da mídia oficial. (D’Ancora, 2018).

As novas ambiências tecnológicas da comunicação oferecem a grupos sociais ultraconservadores espaços paralelos em relação à mídia oficial institucionalizada para o exercício de práticas discursivas que disputam o sentido de eventos e fenômenos sociais a partir de registros ideologicamente comprometidos com postulados fascistas apoiados no desprezo pelo não-idêntico, tais como: racismo étnico e de cor, xenofobia, homofobia. Diante desse cenário, surge o desafio para a pesquisa social saber como analisar o fenômeno conjuntivo que podemos designar como “patologização da esfera pública” e proliferação da “agitação fascista” nas sociedades democráticas contemporâneas.

O avanço do discurso fascista nas redes sociais online encontra sua força na

combinação entre crises econômicas e esvaziamento da esfera pública contemporânea em favor do fortalecimento de um senso comum descomprometido com a veracidade dos fatos e na crença em inimigos do povo e da nação contra os quais se justifica a adoção de práticas que contrariam direitos humanos. Adorno (2019) chamava a atenção, acertadamente, que o fascismo não é apenas um desvio do processo civilizatório, em seu registro das lutas emancipatórias e humanitária, mas deve ser investigado em compasso com a ordem social que o germinou, além de observar os seus vínculos com a proliferação de uma racionalidade assentada na instrumentalização de tudo.

Para Voirol (2017), uma das causas devastadoras do processo de fascização das sociedades reside no comprometimento da expressividade social e política de sujeitos submetidos a experiências negativas em coletividades racionalmente auto-organizadas, redundando em um vazio semântico e normativo na esfera pública. Isto favoreceria o sufocamento de lutas por reconhecimento e a proliferação de práticas discursivas fascistas produzidas no seio de “comunidades cognitivas” que se organizam em ambiências tecnológicas em função da disputa pelo senso comum.

As comunidades cognitivas bolsonaristas, observadas em nossa pesquisa, ilustram exemplarmente os sintomas da patologização da esfera pública contemporânea. A (o) bolsonarista deriva daquilo que Renato Lessa (2020) vai designar como *homo bolsonarus*, um tipo antropológico novo dos tempos distópicos no Brasil. Lessa (2020) acredita que o (a) bolsonarista é um animal artificial em formação, mas, à diferença do fascismo. Assim,

... não se trata de pôr a sociedade dentro do Estado [como no fascismo histórico], mas de devolver a sociedade ao estado de natureza; de retirar da sociedade os graus de ‘estalidade’ que ela contém, para fazer com que se aproxime cada vez mais de um ideal de estado de natureza espontâneo: um cenário no qual as interações humanas são governadas pelas vontades, pelos instintos, pelas pulsões, e no qual a mediação artificial é mínima, ou mesmo inexistente. É essa a matriz do libertarismo bolsonarista” (p. 56).

Vale destacar que, segundo o autor, a raiz ultraconservadora desse tipo humano

viria dos “estratos arcaicos” da experiência histórica da sociabilidade brasileira. (Lessa, 2020, p. 59). Assim, os traços de nosso antepassado civilizatório se incarnariam “em um corpo orgânico e ativo, dotado de uniformidade de linguagem e de propósitos”, postulando a desvinculação normativa entre Estado e sociedade, fazendo do estado de natureza o ideal da sociabilidade.

A devolução da sociedade ao estado de natureza produz uma desigualdade artificial – ou seja, induzida –, cujos efeitos exponenciam os da desigualdade natural. O estado de natureza não é composto por sujeitos individuais iguais e equivalentes, ávidos e alegres para empreender, mas por uma assimetria longamente fixada na experiência histórica brasileira. Eis aqui o terreno do homo bolsonarus.” (Lessa, 2020, p.57).

O ponto que nos interessa nessa formulação está na dissolução entre os nexos normativos e regulatórios que conectam a vida social ao mundo público, onde se exprime uma liberdade natural, de defesa da espontaneidade e dos instintos animais. O desprendimento moral do indivíduo das normas democráticas-constitucionais, que embasam a geração de direitos basilares para garantia mínima de civilidade entre nós, inviabiliza o respeito a diferenças morais e físicas, em nome do “libertarismo” e do “espontaneísmo” do bolsonarismo, o qual dialoga com o processo de “incivilização”, já denunciado por Elias (1997), em *Os Alemães*, e atualizado por Wolters⁶ (1986).

A desinformalização da conduta social se desdobra em um grande relaxamento da consciência moral levando ao relaxamento geral da restrição civilizacional, cuja implicação fundamental seria a prática coletivizada de atos extremamente incivilizados (como assistimos nos eventos de 8 de janeiro de 2023, com a invasão das sedes dos Três Poderes, por vândalos bolsonaristas, em Brasília-DF).

Diante do exposto, denominamos bolsonarismo como um fenômeno socio psíquico que aponta para destruição de orientações civilizatórias com efeito de

⁶ Elias discute, no capítulo quatro d’*Os Alemães*, as implicações devastadoras, do ponto de vista civilizatório, da desracionalização de nosso autocontrole se aproximando daquilo que Cas Wouters (1986) tem chamado do fenômeno da terceira natureza da personalidade, marcada pela emancipação das emoções, informalização dos comportamentos, descontrole controlado. Isso se inscreve no quadro teórico elisiano como “colapso de civilização”.

desnormalizar/desregulamentar relações sociais, econômicas, políticas, comprometendo algumas conquistas civilizatórias/democráticas recentes no país, de caráter reparatório (políticas afirmativas), no sentido de correções de injustiças sociais e culturais e entrave para o avanço de pautas progressistas, frutos de demandas por reconhecimento de minorias.

Já o agitador fascista, inspirado no contexto norte-americano do Pós II Guerra, figura na literatura da teoria crítica⁷ enquanto um demagogo, um extremista de direita, que apelava por “mudanças sociais” em nome do patriotismo e da liberdade americana, explorando as frustrações da população, pregando a eliminação de indivíduos considerados inimigos, mas, sem de fato, transformar a estrutura política. Observa-se que o contrassenso, as dissonâncias entre discurso e práticas, versões e fatos é racional porque protege o sistema e mantém a sua prosperidade. Mas, essa racionalidade, em si irracional, requer a "normalização" do irracional como instrumento político e método de integração, diz Marcuse (2019), no prefácio do livro *Profetas do engano*. O agitador não se assume como um radical de direita, mas como um conservador. Ele não é uma figura revolucionária. A agitação é tida como um tipo específico de atividade pública. E o agitador como um tipo específico de defensor da mudança social, em função da insatisfação com o “estado de coisas”, ou “isso que está aí”.

Lowental e Guterman (2019) se interessaram em sua pesquisa pelo lócus da agitação fascista, nos EUA, do final dos anos 1940, querendo entender a condição objetiva definida por grupos sociais insatisfeitos com o “estado de coisas” em seu país. Os autores estavam empenhados em captar a causa provável do sofrimento dessas pessoas e se deparam com referências injuriosas e indignadas sobre os considerados inimigos dos públicos da agitação. A ideia era investigar o estado de descontentamento ao qual se refere o agitar, o qual se reproduz entre os seus seguidores. As insatisfações são de diferentes ordens: econômica (teorias conspiratórias sobre as causas de males como estrangeiros, refugiados, forças internacionais); político (ameaças a liberdades políticas em função de instâncias internacionais que postulam direitos humanos, proteção ambiental); culturais (a mídia na mão de inimigos, marxismo cultural) e morais (relaxamento da consciência moral que mantém as

⁷ A ascensão das direitas radicalizadas em vários países, nos últimos anos, e sua presença em espaços discursivos relevantes da atualidade, como as redes sociais online, tem levado cientistas sociais a retomarem a agenda de pesquisa da Primeira Geração da Escola de Frankfurt, sobretudo, a releituras do fenômeno do autoritarismo e do fascismo. Decorre desse retorno à Frankfurt, a recente tradução do *Profetas do Engano*, de Leo Löwenthal e Norbert Guterman (1949) para o francês, em 2019, sendo este o quarto estudo de uma série de cinco livros, incluindo Adorno's *Studies on the Authoritarian Personality*, reeditado em português, em 2020, ambos baseados em uma pesquisa financiada pelo Comitê Judaico Americano, dedicada ao "preconceito" (antissemita) no coração da democracia americana.

tradições, a configuração da família tradicional, preocupação com a sexualização precoce das crianças).

Como catalizador de personalidades predispostas ao ódio em grupo, o agitador molda preconceitos e tendências já existentes em doutrinas abertas e, finalmente, em ações abertas, situadas em contextos sócio-históricos. (Lowental; Guterman, 2019). Mas, precisamos atentar que as técnicas mobilizadas para a agitação fascista do presente não são as mesmas do passado, uma vez que o contexto midiático de meados do século XX se apoiava nos meios massivos de largo alcance (jornais impressos, radiodifusão) e hoje temos a Internet e seus aplicativos mensageiros, como o Facebook, Whatszapp e outros.

As “massas” não são mais passivas, mas "receptoras ativas" e reelaboram conteúdos, como mostra a pesquisa de Cesarino (2019) acerca dos usos do Whatszapp na campanha de Bolsonaro. A partir da ideia de “corpo digital do Rei”, a autora observa o fato de seus eleitores assumirem a agitação da campanha no lugar do líder, quando este após receber uma facada, durante a campanha presidencial de 2018, se retira da esfera pública e nela permanecem os seus gestos mimetizados. Assim como na campanha de Collor, em 1989, quando se inaugurou um tipo de marketing político poderoso, com a criação de uma narrativa televisiva do herói do povo, pelo combate aos chamados “marajás”, a campanha de Bolsonaro introduz uma radicalização do marketing político digital, em termos manipulatórios, assentado na idéia do “Messias”. O cálculo persuasivo encontra sua máxima de racionalização nos modos de estruturação e organização de uma campanha de extrema direita que se orienta pelos usos das tecnologias da informação e da comunicação, plataformas digitais como dispositivos de discussões, de construção de comunidades cognitivas que se definem pela capacidade de interpretação mais ou menos homogênea de fatos que remeteriam à realidade e são, na verdade, *fake news*.

O uso de notícias falsas se traduziu em um forte pilar da campanha presidencial de Jair Bolsonaro e atraiu diversos grupos de apoiadores em massa. O Facebook e o WhatsApp foram protagonistas neste cenário, enquanto plataformas utilizadas para gerar desinformação e confundir eleitores. Este caos informacional compromete o debate público, fortalece o linchamento virtual e impossibilita a realização de uma eleição justa. Segundo estudo da organização Avaaz (PASQUINI, 2018), 98,21% dos eleitores do presidente eleito, em 2018, foram expostos a uma ou mais notícias falsas durante a eleição, e 89,77% acreditaram que os fatos eram verdade.

A ascensão da extrema direita a espaços significativos de exercício de poder

evolui em um contexto de relativa marginalidade midiática e política em razão da hostilidade que grupos radicalizados enfrentam das instituições democráticas. No caso americano, por exemplo, Marcuse (2019) observa que “Os discursos brutos de um sentimento profascista são expressos apenas à margem do poder político.”. No caso do Brasil, agentes do profascismo estiveram, há pouco, enraizados na estrutura do poder central, contando com estratégias de campanha política que deram continuidade aos discursos da própria campanha do ex-presidente, Jair Bolsonaro, animando a agitação fascista, cujo mecanismo mais ilustrativo seria o chamado “gabinete do ódio”⁸, operado em paralelo com as chamadas “milícias digitais”.

No quadro de nossa análise, somam-se bolsonarismo e a figura do agitador fascista cujas especificidades conceituais e tipológicas se fundem na atitude reificante, ou seja, do esquecimento do reconhecimento do outro (Honneth, 2007b), observada em transações discursivas entre membros de comunidades morais bolsonaristas (Alonso, 2019). Assim, entendemos a agitação bolsonarista nas mídias sociais como uma alegoria das incivilidades e brutalidades que margeavam ou subjaziam as nossas relações sociais hodiernas (STARLING, 2019) e que vêm à tona a partir da eclosão do ódio às esquerdas (antipetismo), da ideologização dos direitos e das regras democráticas, assim como de valores como liberdade, igualdade e solidariedade. Tudo isso reveste uma agenda neoconservadora (Lacerda, 2019), que já desenhava antes, à época em que Jair Bolsonaro era deputado federal, pelo Rio de Janeiro, e se legitimou com o voto que o elegeu, em 2018, e com a anuência de seus seguidores durante o seu mandato (2019-2022), os quais ainda mantêm as redes animadas pelos seus agitadores, multiplicadores da mensagem do “eu do grupo”, referência moral e afetiva que orienta o processo mútuo de identificação entre membros do grupo e a sua liderança. (Cf. Adorno, 2015).

4. AGITAÇÃO FASCISTA EM COMUNIDADES COGNITIVAS BOLSONARISTAS NA INTERNET: HOMOFOBIA E SEXISMO

Quando adentramos em comunidades morais bolsonaristas online, chama a atenção o uso desses espaços para conformação de uma praxeologia anti-comunicativa, mas

⁸ “Gabinete do ódio” é o nome dado a um grupo de assessores que trabalhavam no Palácio do Planalto, entre 2019-2022, com foco nas redes sociais, inclusive na gestão de páginas de apoio à família Bolsonaro que difundem desinformação e ataques a adversários políticos do presidente. (STF, 2022).

que se traveste de lócus normatizado por regras deontológicas de convivência que interdita ofensas, palavras vulgares e notícias falsas, no entanto, deparamo-nos com um ambiente onde não há franquia da liberdade de expressão e exposição de argumentos e contra-argumentos como método orientador de um debate público. Além disso, constatamos tipos de condutas sociais como xingamentos e racismos que seriam mais facilmente repreendidas em interações sociais no espaço público físico, no entanto, estas fazem prova de gestos e atitudes que escapam a preceitos civilizatórios democráticos, como o respeito a minorias, problematização das relações de gênero como pautas atuais da nossa agenda social. Há a presença do que estamos chamando de uma “formação discursiva bolsonarista” que expressa em sua semiose social elementos de poder e ideologias típicos de discursos fascistas inspirados naquilo que Adorno, em *Ensaio sobre a psicologia social e psicanálise*, inspirado em Freud, vai designar como identificação com o líder agitador, o chamado “eu do grupo”, no caso, Jair Bolsonaro. Neste sentido, observamos que haveria “uma performatização da identificação entre os participantes [dos grupos] e o seu líder, remetendo a uma ideia adorniana de “patologia da crença” segundo a qual haveria uma fraudulência compactuada entre individualidades massificadas e seu líder (mimetização de gestos e palavras de ordem usadas por Bolsonaro).

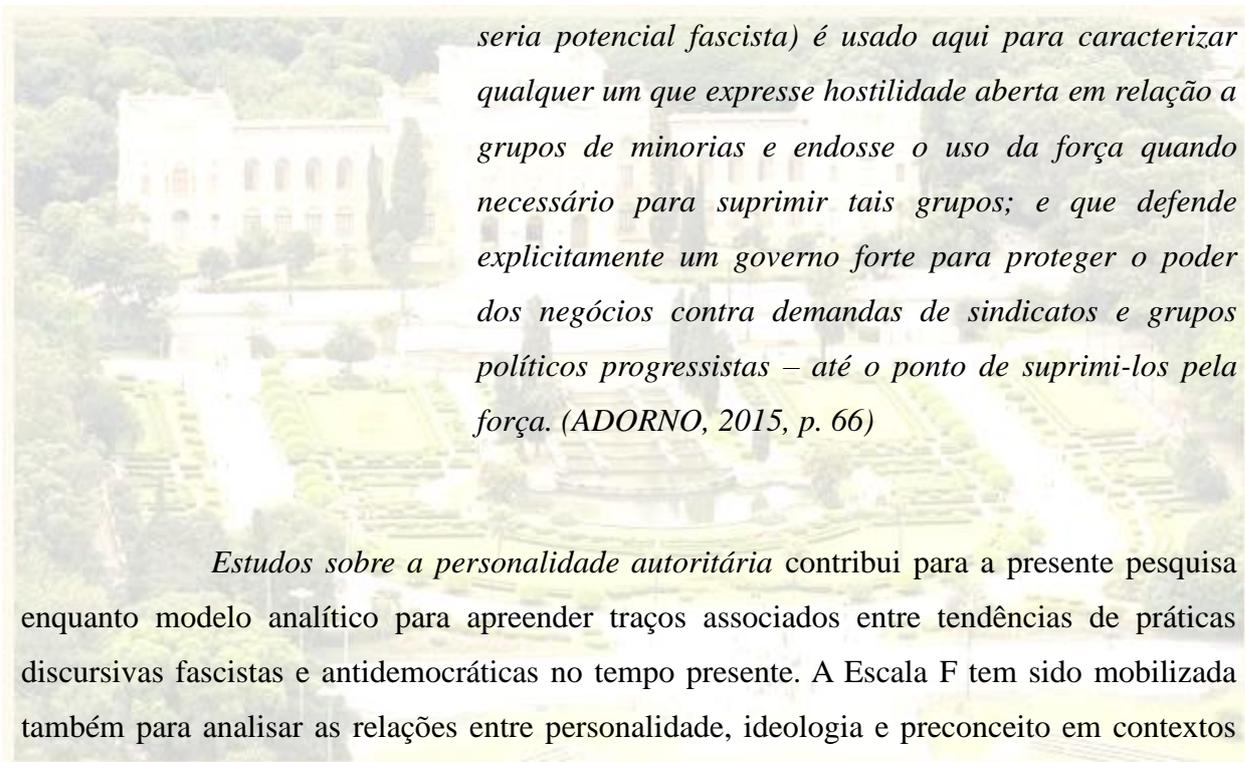
Embora tenhamos nos inspirados em escritos de Adorno, Löwenthal e Guterman, para pensarmos o fenômeno conjuntivo bolsonarismo e agitação fascista em manifestações discursivas em redes sociais online de direitas radicalizadas, tais autores figuram em nosso trabalho como referências heurísticas para inspirar a nossa modelização dos dados da pesquisa.

Em sua obra, *Estudos sobre a personalidade autoritária*, Adorno et al. (2019) discutem dados de uma pesquisa feita com cidadãos americanos acerca de suas propensões antidemocráticas e fascistas. Um dos pilares analíticos da investigação foi a escala (F), Fascismo, que reunia informações sobre opiniões e atitudes que apontavam uma tendência de comportamento antidemocrático dos e dos entrevistados/as que participaram da pesquisa. Com base nos dados desse estudo, nasce a teoria sobre o tipo antropológico autoritário, revelador de uma personalidade adepta a práticas antidemocráticas e fascistas.

A teoria acerca da personalidade autoritária, conforme destaca Adorno et al. (2019), focou em estudar convicções políticas, econômicas e sociais atreladas a perfis psicossociais não raros na sociedade americana do pós-guerra. O estudo expôs indivíduos potencialmente fascistas, visto que são suscetíveis à propaganda antidemocrática. Ao aplicar os questionários e coletar os dados em uma universidade dos Estados Unidos, os

pesquisadores descobriram que pessoas suscetíveis à propaganda fascista têm muito em comum, enquanto pessoas do lado oposto desse espectro político da direita conservadora se mostram diversificadas⁹ (ADORNO et al., 2019).

Além disso, o fascismo necessita de uma base de massas para obter sucesso, conforme foi observado por Adorno e sua equipe. Com efeito, a submissão autoritária se soma a uma cooperação ativa, objetivando necessidades emocionais que fogem do interesse racional, mas são racionalmente calculadas. Assim, adotamos a seguinte definição de fascismo:



O termo fascista (distinto do pseudodemocrático, que seria potencial fascista) é usado aqui para caracterizar qualquer um que expresse hostilidade aberta em relação a grupos de minorias e endosse o uso da força quando necessário para suprimir tais grupos; e que defende explicitamente um governo forte para proteger o poder dos negócios contra demandas de sindicatos e grupos políticos progressistas – até o ponto de suprimi-los pela força. (ADORNO, 2015, p. 66)

Estudos sobre a personalidade autoritária contribui para a presente pesquisa enquanto modelo analítico para apreender traços associados entre tendências de práticas discursivas fascistas e antidemocráticas no tempo presente. A Escala F tem sido mobilizada também para analisar as relações entre personalidade, ideologia e preconceito em contextos investigativos variados, dada atualidade de sua utilidade intelectual para pensar mentalidade e comportamentos afeitos a regimes e modos de antidemocráticos. (CROCHIK, 2017).

Durante o tempo que ficamos em campo – período que corresponde a quatro meses (de dezembro de 2019 até abril de 2020), nos deparamos com publicações em grupos do Facebook e do WhatsApp, ambos de cunho político à direita (sendo alguns extremistas e bolsonaristas), que disseminavam ódio e declaravam perseguição virtual contra grupos minoritários. Há evidências empíricas de características de indivíduos potencialmente fascistas, como, por exemplo, a projeção de estereótipos na comunidade LGBTQIA+,

⁹A investigação, de início, teve como foco de atenção o antissemitismo, já que muitos cientistas acreditam que ele está ligado ao modo subjetivo do indivíduo. Neste sentido, o antissemitismo não é um fenômeno isolado, mas faz parte de um quadro de referências interligado com outras questões.

demonstrando suscetibilidade à propaganda antidemocrática, inclusive, de cunho difamatório.

Outros elementos como submissão e agressão autoritária, poder, dureza, projetividade, destrutividade, cinismo e preocupação com a sexualidade alheia são bastante presentes nos discursos expressos nos grupos observados. A figura de Bolsonaro é sempre colocada como gloriosa e divina; o ódio pela esquerda é imensurável; o apoio às práticas desumanas como tortura e pena de morte são muito comuns; teorias da conspiração que envolvem o Partido dos Trabalhadores sempre são compartilhadas; e, por fim, há uma inquietação com a moral sexual e a devassidão atribuída às pessoas identificadas como “esquerdistas”. Todas essas características estão intrínsecas à Escala F e são importantes para delinear uma personalidade potencialmente fascista.

Ao utilizar a netnografia como método de investigação (Amaral et al, 2008), analisamos GIFS, vídeos, mensagens, imagens, memes e áudios que visam espalhar a desinformação, atacar figuras públicas políticas e outros indivíduos que contrariam o Governo Bolsonaro. Essas linguagens se tornam primordiais para intensificar os processos comunicacionais em grupos virtuais, ou seja, a linguagem pode adquirir várias formas e não, necessariamente, ela precisa ser falada para que uma comunicação seja repassada.

O método de análise de discurso também foi essencial para observar as práticas interativas nas mídias digitais, uma vez que possibilitou alcançarmos uma visão crítica que foge do senso comum sobre o Bolsonaro como agitador. Ademais, esse método se torna extremamente relevante para analisar “relações de poder permeadas por mecanismos de dominação escondidos sob a linguagem” (Cappelle; Melo; Gonçalves, 2003, p. 2).

Nos quatro meses em que estivemos inseridos nos grupos bolsonaristas virtuais, fomos membro de três grupos no Facebook e de dois no WhatsApp. Em relação à primeira rede social, são eles: *“Apoio a operação Lava Jato e o Sergio Moro Ministro da Justiça”*; *“Jair Messias Bolsonaro (Grupo Oficial)”*; e *“Movimento Brasil de Direita – Bolsonaro 2022”*. No WhatsApp o nome dos dois grupos são: *“Direita Conservadora”* e *“Bolsonaro 2022”*.

O grupo *“Apoio a operação Lava Jato e o Sergio Moro Ministro da Justiça”* tem 301.947 membros, sendo 25 administradores e 4 moderadores¹⁰. O grupo foi criado em 14 de setembro de 2016. Além disso, é um grupo público e visível, ou seja, qualquer pessoa pode pesquisar e se tornar um membro. Em relação às regras de entrada no grupo, são estas:

¹⁰Essa informação foi obtida em dezembro de 2019. Provavelmente esses números já foram alterados.

“todos devem se sentir seguros; o bullying de qualquer tipo não é permitido e comentários degradantes sobre raça, religião, cultura, orientação sexual, gênero ou identidade não serão tolerados”.

“Jair Messias Bolsonaro (Grupo Oficial)” tem 55.140 membros, sendo 3 administradores e 3 moderadores¹¹. Dentre estes, há uma moderadora que é mais presente no grupo, fazendo uma série de publicações. A capa é uma foto do Jair Bolsonaro fazendo sinal de arma. A sua criação data de 9 de outubro de 2018. A descrição do grupo contém um breve resumo da vida de Bolsonaro, tanto política, quanto pessoal e profissional. O grupo é privado, mas é visível. Isto é, quando encontrado, uma solicitação para participação pode ser enviada para os administradores e moderadores. Há cinco regras para se tornar um membro: “é proibido fazer publicações contra a imagem do presidente; não é aceito publicações religiosas ou divulgação de negócios; não é permitido fake news; é importante respeitar a opinião de todos; é necessário apoiar o governo atual”.

O último grupo do Facebook “Movimento Brasil de Direita – Bolsonaro 2022” tem 14.320 membros, sendo 5 administradores e 13 moderadores¹². Dentre estes, um administrador é mais presente no grupo do que os outros, tendo em vista que esse é mais engajado nas publicações. A foto de capa é a bandeira do Brasil e a criação data de 17 de março de 2017. Este grupo possui várias regras e são descritas da seguinte forma:

... os administradores e moderadores excluirão postagens que divulguem e enalteçam materiais ideológicos de esquerda; que enalteçam políticos de esquerda; que enalteçam os pseudo-heróis assassinos da esquerda; de campanhas de movimentos marxistas gramscianos; de

¹¹Informação obtida em dezembro de 2019

¹²Informação obtida em dezembro de 2019

manifestações fascistas, socialistas, comunistas, nazistas e outros de cunho esquerdista; que possam caracterizar o uso do grupo para divulgação da ideologia que mais matou seres humanos no mundo; que divulguem nudez e pornografia; que agridam, de forma ofensiva, patriotas membros do grupo; que ataquem políticos da direita bolsonariana com fake news ou imputando crimes inexistentes ou não comprovados.

Em relação ao WhatsApp, o grupo “Direita Conservadora” tem 235 participantes, sendo 6 administradores¹³. Sua foto é a imagem de Bolsonaro com a bandeira do Brasil ao seu lado esquerdo e a bandeira de Israel ao seu lado direito. As regras são: “caso não poste no grupo, será deletado; é necessário possuir foto; sem petista ou esquerdista; não pedir para ser administrador; proibido pornografia”. Não obstante, durante o tempo que fizemos parte do grupo, como observadores, não fomos expulso e nem cobrado por nenhum administrador – pois não fizemos nenhuma publicação desde que nos tornamos membros.

Por último, “Bolsonaro 2022” tem 93 participantes, sendo 5 administradores¹⁴. A foto de ícone do grupo é o Bolsonaro cantando o hino nacional com militares. Em sua descrição é dito que o objetivo do grupo é a divulgação de notícias sobre o governo atual. Contudo, é proibido o compartilhamento de notícias ligadas à rede Globo. Caso isso aconteça, o participante pode ser banido. As regras do grupo são: “proibido pornografia, divulgação de links, fake news e brigas (é permitido o debate formal)”.

Esses grupos são abertos e tínhamos acesso às interações *in loco* através de um link compartilhado.

As comunidades do Facebook não são tão agitadas como as do WhatsApp. No que tange ao fluxo de posts, este é bem variado. Geralmente, há uma quantidade maior de mensagens em determinados momentos específicos, como por exemplo as eleições de 2018 e o ataque ao canal Porta dos Fundos, por ter criado um episódio de Natal que satirizava o cristianismo. (Barbon e Albuquerque, 2019).

Com o objetivo de analisarmos o discurso dos posts compartilhados no Facebook, utilizamos a ferramenta de busca orientada por termos específicos. A palavra gay, por exemplo, sempre é utilizada com o objetivo de depreciar homossexuais. Os movimentos

¹³Informação obtida em dezembro de 2019

¹⁴Informação obtida em dezembro de 2019

sociais e os movimentos LGBTQIA+, em especial, são vistos como “vitimismo” em discursos homofóbicos que fazem eco a fartas intervenções públicas do, então, ex-deputado Jair Bolsonaro, tal como a pérola: “Ter filho gay é falta de porrada”. Trata-se do questionamento do parlamentar acerca do “direito à existência de um segmento da população, além de respaldar os já alarmantes índices de violência letal contra LGBTs”. (Quinalha, 2019, p. 260).

A narrativa mais comum é que o “homossexualismo” não é um legado a ser deixado, mas sim um motivo de vergonha. Podemos ilustrar tal discurso através da seguinte fala de um internauta participante de um dos grupos: “o homossexualismo é coisa do diabo e serve para destruir a família”. Os membros da comunidade se posicionam contrários às pautas das minorias, apresentando o argumento de que “todos são iguais perante a Constituição”.

Ademais, há outros comentários que expressam a negação ao casamento homoafetivo. Adjetivos como “bichona”, “viado” e frases como “a sexualidade é uma escolha” são bastante frequentes. Ainda assim, quando buscamos pelo termo “traveco” (palavra pejorativa para se referir a travestis e mulheres transexuais), há uma série de publicações utilizando aquele vocábulo como xingamento, como por exemplo: “Toffoli, o traveco do STF”. É perceptível que a diversidade sexual é excluída não somente em ambientes físicos, mas também em espaços online. Neste sentido, ocorre uma violência simbólica na Web contra pessoas LGBTs. Conforme destaca Dantas e Neto (2015), há uma conexão entre homofobia, valores religiosos e convenções sociais. A preocupação constante com sexo e eventos relacionados a isto é muito comum, o que denota uma relação com a Escala F de Adorno et al. (2019).

Ao procurar pelo termo “kit gay” nos grupos, expressão que se tornou bastante comum nas eleições de 2018, encontramos várias referências nesse sentido. Há um consenso entre os bolsonaristas que uma cartilha, com o objetivo de iniciar a vida sexual das crianças precocemente e “torná-las” homossexuais, foi compartilhada nas escolas públicas por ordem do ex-ministro da educação, Fernando Haddad, também candidato à Presidência da República nas eleições de 2018: “o kit gay para seu filho foi ideia de Haddad, compartilhe a verdade”. Apesar desse material nunca ter sido encontrado, tal ideia prevalece nos grupos.

A cartilha, que impulsionou a candidatura do atual presidente, na verdade, foi um Caderno Educativo que recebeu o nome de “Projeto Escola sem homofobia”, em 2003, que visava a abolição da homofobia nas escolas. Em seu conteúdo eram abordados temas como gênero, diversidade sexual, homofobia, luta pela cidadania LGBT, preconceito, estereótipos e outros tópicos de extrema relevância para uma sociedade diversa, plural e

igualitária (CADERNO ESCOLA SEM HOMOFOBIA, 2011). Contudo, o Projeto foi inutilizado pelo Governo Federal em 2011 e o Plano Nacional de Educação de 2014 excluiu discussões acerca de gênero e sexualidade.

Na visão dos parlamentares de direita, reproduzida nas redes sociais, o manual tinha como objetivo conduzir as crianças ao “homossexualismo” – termo pejorativo e patológico para se referir à homossexualidade. Mesmo com veículos midiáticos afirmando que isso jamais aconteceu, essa notícia falsa foi uma das mais consolidadas nas eleições de 2018 e virou o carro chefe da linha de combate da chamada “ideologia de gênero”.

Em agosto do mesmo ano, em entrevista concedida ao Jornal Nacional, Jair Bolsonaro mostrou um livro intitulado “Aparelho Sexual e Cia”. O candidato afirmou que este livro (na visão dele, o “kit gay”) foi distribuído para bibliotecas de escolas nacionais (Salgado, 2018). No dia posterior à entrevista, vários veículos de comunicação desmentiram Bolsonaro, afirmando que o material nunca foi utilizado pelo Governo Federal nas escolas. O próprio Ministério da Educação se pronunciou e disse que nunca comprou o livro ou sugeriu para as escolas brasileiras. Mas, no final das contas, o pânico moral já tinha surtido o seu efeito na opinião pública e o “kit gay” virou o “espantalho moral” das eleições de 2018. (Quinalha, 2019)

Mesmo com notícias desmistificando o ex-deputado federal, este ainda se coloca como herói perante o Brasil por ter “salvado” as crianças do “kit gay”. O que prevalece ainda na visão de indivíduos conservadores é um determinismo heteronormativo que pretende dar continuidade ao padrão “tradicional” de família, isto é, a união de um homem com uma mulher como a única forma moralmente aceitável de união matrimonial. Não obstante, se constitucionalmente entendemos que todos são iguais perante a lei, assim devemos estender esse conceito para a noção de família.

Além da sexualidade, há outros temas que também são debatidos cotidianamente nas comunidades bolsonaristas. Prevalece uma narrativa de que o PT tentou acabar com a democracia, querendo impor à sociedade brasileira o comunismo/socialismo de uma forma agressiva e com armas. Economia, política e justiça também são assuntos que são discutidos nos grupos diariamente. Os eleitores bolsonaristas acreditam fortemente que o STF é um tribunal “defensor de bandidos”. Os membros, ao compartilharem notícias com seus contatos, não questionam a fonte, o conteúdo (sensacionalista) e muito menos a veracidade da matéria. Há mensagens encaminhadas que incitam o maior engajamento possível com o repasse das “informações” que circulam no grupo. Outro fator curioso que merece destaque é

a ação e funcionamento dos grupos de direita, que permaneceram na ativa e continuam em expansão mesmo depois do período eleitoral (Ratier, 2019).

Os integrantes bolsonaristas¹⁵ apresentam uma visão maniqueísta da política. Ou seja, a polarização entre direita e esquerda se cristaliza na ideia segundo a qual a primeira se preocupa com a sociedade, com a família e as crianças, enquanto a segunda deseja inverter esta lógica e acabar com a família tradicional. Ao seguir esta narrativa, podemos perceber que há uma fronteira antagonista entre amigos e inimigos, liderança e povo (Cesarino, 2019).

Observamos que as redes sociais assumem o papel de um canal exclusivo para que os seguidores possam se comunicar com o seu líder e repercutir os seus discursos. Ao fazer isso, há uma inversão da lógica midiática, ou seja, os meios de comunicação tradicionais são colocados como “fontes de alienação” e “propagadores de *fake news*”, enquanto as mídias digitais que apoiam o governo de Bolsonaro são vistas como libertadoras e livres de ideologias.

Ao falarmos da relação entre líder e seguidor, a concordância com o autoritarismo do presidente é uma característica extremamente presente nas interações, apontando assim, nos termos freudianos segundo Adorno et al. (2019), para uma espécie de identificação com o “eu do grupo”, ou seja, Bolsonaro. Há uma tendência entre os eleitores bolsonaristas de glorificar representantes do *ingroup* (estes podem ser definidos aqui como políticos e figuras públicas que adotam a ideologia da extrema-direita e de valores antidemocráticos) e de serem subservientes e acrílicos em nome de uma autoridade moral. Com efeito, a submissão autoritária contribui de forma significativa para poderes externos e extremos, tornando uma personalidade adepta a valores antidemocráticos (Adorno et al., 2019). Bolsonaro, por exemplo, assume a imagem de um pai primitivo, ameaçador e onipotente: características da personalização fascista. Ao mesmo tempo, ele figura nos grupos como um homem mediano e simples que faz parte do povo.

Os temas sobre gênero, sexualidade, educação e família constituem eixos estruturantes da agitação moral de Bolsonaro espelhada nas comunidades cognitivas da direita radicalizada estudadas em nossa investigação. Em todos os casos, chamamos a atenção para o aspecto ideologização de princípios de justiça, direito e democracia que servem ao propósito de aniquilamento do sentido deontológico da liberdade da palavra pública, a restrição do outro como sujeito de direito e a regressão da razão (comunicativa) nutrindo situações psíquicas de

¹⁵Conforme detalha Indursky (2020), o bolsonarismo pode ser definido como um antigoverno que rege sua retórica de forma vitimista e patética, instaurando a desordem e a insegurança como forma de identificação com seus apoiadores.

adesão ao ódio de classe, cor, gênero.

As formas de ideologização de preceitos humanistas e constitucionais, ao escamotear o sentido do conceito no âmbito da sua origem e função semântica, se constitui como mecanismo útil para negação de reconhecimentos basilares para o alcance de sociedades mais democráticas e justas. (Honneth, 2017b). Nestes termos, como pensar democracias sem direitos? Liberdade de expressão em ditaduras? Comunismo com a forte presença de um Estado nos funcionamentos de uma sociedade? O discurso é lugar, por excelência, onde toda manipulação de significados e significantes coaduna com ideologias e poderes.

O propósito moralizante de formulações que associam homoafetividade à ofensa à Deus e à família se referem, ao nosso ver, à ideologia do desrespeito aos valores tradicionais que lastreariam a sociedade brasileira. Já a imputação de isonomia das condições de desfrute de direitos constitucionais entre maioria e minorias identitárias nos sinaliza a dificuldade de se fazer um debate sobre a pertinência de direitos específicos para ampliação da justiça tanto social como cultural, uma vez que a ideologização da igualdade nos casos de injúria racial, racismo e discriminação de gênero eclipsa a injustiça simbólica dirigida a grupos sociais considerados inferiores devido a marcadores de diferença. Neste sentido, se justapõem a ideologia da excepcionalidade como injustiça e a ideologia da suficiência de direitos universais para atender demandas específicas de minorias, uma vez que essas são vistas como postulantes de privilégios nas comunidades morais bolsonaristas investigadas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao tratarmos das esferas públicas contemporâneas, inclusive no caso brasileiro, podemos admitir que houve uma fragmentação da comunidade política causada pela inserção de novas figuras e de contra-públicos, fazendo uso do discurso para disputar sentidos nesses espaços. Mas, como mostramos no início deste artigo, há ainda princípios e uma linguagem comum em favor de uma argumentação pública, isto é, a esfera pública não desapareceu, mas sofreu mudanças estruturais e precisamos pensá-la a partir do advento de novos sujeitos, da sua patologização e das suas possibilidades democráticas.

Uma tese que atravessa este texto é aquela segundo a qual praxeologias comunicativas são fundamentais para manutenção de uma democracia que ultrapassa a ideia

de forma de governo e ganha estatuto de estilo de vida. Tal modo de vida associado se viabiliza pelas experiências conjuntas comunicadas que veiculam normas, valores, ideias que se reproduzem em práticas e mentalidades. Ou seja, essa comunicação quotidiana do mundo da vida transmite atitudes praxeológicas democráticas, mas também, no caso que estamos discutindo, anti-democráticas, violando regras civilizatórias e princípios democráticos elementares. Assim, devemos estar alertas como cientistas sociais e cidadãos que a forma de comunicação que tem se estabelecido nos espaços públicos contemporâneos encoraja uma unificação discursiva própria à comunidade simbólica promovida pela agitação fascista.

As tecnologias digitais possibilitaram a inserção de grupos de extrema-direita em redes de sociabilidade online. Este fenômeno, que conta com larga disseminação de *fake news*, fez com que governos autoritários de vários países chegassem ao poder. Como exemplo disso, podemos citar as eleições dos Estados Unidos em 2016, com D. Trump e as eleições do Brasil em 2018, com a vitória do candidato Jair Messias Bolsonaro. Líderes populistas radicais (de direita e de esquerda) têm impulsionado suas campanhas eleitorais e suas estratégias de propaganda ideológica em mídias sociais laçando mão de notícias falsas. Sendo assim, o Facebook e o WhatsApp se tornam protagonistas neste cenário de confusão informacional.

Com os resultados da investigação, foi observada a existência de grupos autoritários em redes sociais que objetivam disseminar o ódio, a raiva e a perseguição virtual, utilizando o anonimato proporcionado pela internet para esconder seus rostos. A liberdade de expressão, possibilitada por um regime democrático, é usada como brecha para perseguir, marginalizar e estigmatizar grupos minoritários da sociedade. As *fakes news*, que, atualmente, já se tornaram uma indústria monetária e maliciosa, contribuem para um ambiente online polarizado, fortalecendo, assim, o sensacionalismo e o personalismo que se concentram em figuras públicas políticas radicalizadas ideologicamente.

O ataque aos direitos humanos, à mídia tradicional e às instituições democráticas se torna algo bastante comum entre os “agitadores fascistas”. É através da democracia que estes indivíduos expressam o seu ódio contra a pluralidade de opiniões e a diversidade. A popularidade das mídias digitais e a inserção destas no cotidiano da sociedade fortalece o desenvolvimento de uma esfera pública digital onde há espaços nos quais não se discute, isto é, não há práticas comunicacionais dialógicas, mas injuriosas.

Nesta perspectiva, procuramos mostrar como a “patologização da esfera pública” pode ser vinculada à proliferação e ocupação de grupos sociais conservadores em

ambientes virtuais, que disseminam comentários racistas, machistas, xenofóbicos e LGBTfóbicos. Tudo em nome do reacionarismo ao comunismo, feminismo e às pautas identitárias, em franca sintonia com a ideologia do desrespeito ao sustentarem que, entre outros motivos, as demandas por reconhecimento das minorias priorizariam classes ou gêneros em vez da “pátria”. Entretanto, espera-se que esta pesquisa contribua de alguma forma para a sociologia política e digital, trazendo uma reflexão teórica e empírica do *modus operandi* dos “agitadores fascistas”, que espalham diariamente notícias falsas e fraudulentas em redes sociais virtuais. Estes são lócus onde transitamos, nos informamos sobre o mundo e encontramos e praticamos significados de velhos conceitos como democracia, direitos, cidadania, cujos significantes constitucionais precisam ser defendidos sob a pena de uma “babel” conceitual nada promissora para um consenso semântico básico de pilares e gestos democráticos elementares. Mas, isso passaria por um letramento digital e uma educação sentimental, temas para continuidades do debate trazido por este texto.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, C. L. de. O digital como arquétipo do real: homofobia e sexismo 2.0.. **Anais do VII Seminário Nacional de Pesquisa em Arte e Cultura Visual**, Goiânia, p. 732-743, 2014.
- ADORNO, T. W. et al. **Estudos sobre a personalidade autoritária**. São Paulo: Editora Unesp, 2019.
- _____. **Ensaio sobre psicologia social e psicanálise**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.
- _____. **Aspectos do novo radicalismo de direita**. São Paulo: Unesp, 2020.
- ARJOMAND, S. A.. Perso-Indian Statecraft, Greek Political Science and the Muslim Idea of Government. *International Sociology*, 16(3), 2001. 455-473. <https://doi.org/10.1177/026858001016003013>
- ALONSO, A.. A comunidade moral bolsonarista. In: Vários Autores. **Democracia em risco: 22 ensaios sobre o Brasil de hoje**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, pp. 52-70.
- AMARAL, A.; NATAL, G.; VIANA, L.. Netnografia como aporte metodológico da pesquisa em comunicação social. **Famecos**, Porto Alegre, n. 20, p. 34-40, dez. 2008.
- ARENDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- BARBON, J.; ALBUQUERQUE, A. L.. Sede do Porta dos Fundos é atacada com coquetéis molotov no Rio. **Folha de S. Paulo**, 24 de dez. de 2019. Disponível em:



<<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/12/sede-do-porta-dos-fundos-sofre-ataque-a-bomba-na-vespera-do-natal.shtml>>. Acesso em: 25 de dezembro de 2019.

BOLTANSKI, L.. Sociologia crítica e sociologia da crítica, pp. 129-154. In: VANDENBERGHE, F.; VÉRAN, J. F. [eds.]. Além do habitus. Teoria social pós-bourdieusiana. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015.

BOLTANSKI, L. ; THÉVENOT, L. A Sociologia da capacidade crítica. Rio de Janeiro: **Antropolítica**, 23, 2, 2007, pp. 121-144.

BRESSIANI, N. DE A. **Crítica e poder? crítica social e diagnóstico de patologias em Axel Honneth**. Doutorado em Filosofia—São Paulo: Universidade de São Paulo, 11 ago. 2015.

CAPELLE, M. et al. Análise de conteúdo e análise de discurso nas ciências sociais. **Organizações Rurais e Agroindustriais**, Lavras, v. 5, n.1, p. 69-85, 2003.

CESARINO, L.. 2019. Populismo digital, neoliberalismo e pós-verdade: uma explicação cibernética. *Anais eletrônicos da VII ReACT – Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia*, Florianópolis (SC).

CROCHIK, J. L.. Personalidade autoritária e pesquisa empírica com a escala F: alguns estudos brasileiros. **Impulso**, v. 27, n. 69, p. 49-64, 2017.

D'ANCORA, M.. **Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news**. Barueri: Faro Editora, 2018.

DANTAS, M. L. G.; NETO, A. de F. P.. O discurso homofóbico nas redes sociais da internet: uma análise no Facebook “Rio sem Homofobia-Grupo Público”. **Cadernos do Tempo Presente**, n. 19, 2015.

DEWEY, J.. **The public and its problems**. Chicago: Swallow Press, 1927.

_____. Democracia criativa: a tarefa diante de nós (1939). Disponível em: <http://www.novospensadores.com/democracia-criativa-tarefa-diante-de-nos-por-john-dewey/>

_____. **Democracia e Educação**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

DUNKER, C. I. L.. Psicologia das massas digitais e análise do sujeito democrático. In: Vários Autores. **Democracia em risco: 22 ensaios sobre o Brasil de hoje**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, pp. 52-70.

ELIAS, N.. Os alemães. **A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX**. Organização de M. Schroeter. Rio de Janeiro, Zahar, 1997.

GOMES, W.. Deu Tilt na Esfera Pública?. **Compolítica**, 3 de ago. de 2020. Disponível em: <[http://compolitica.org/novo/especial-coronavirus-17/?fbclid=IwAR0-](http://compolitica.org/novo/especial-coronavirus-17/?fbclid=IwAR0-VVce4HhZW7iqoI6tzTugHTm0vtFZbNJblguskAQU0J8Gb1gwpYDI98o)

[VVce4HhZW7iqoI6tzTugHTm0vtFZbNJblguskAQU0J8Gb1gwpYDI98o](http://compolitica.org/novo/especial-coronavirus-17/?fbclid=IwAR0-VVce4HhZW7iqoI6tzTugHTm0vtFZbNJblguskAQU0J8Gb1gwpYDI98o)>. Acesso em: 31 de

agosto de 2020.

FRASER, N.. Repenser la sphère publique: une contribution ‘a la critique de la démocratie telle qu’elle existe réellement’, extrait de *Habermas and the public sphere*. **Revue Hermès**, n°31, CNRS éditions, 2001, p. 129-162.

GIMENEZ, E., VOIROL, O.. Les agitateurs de la toile. L’Internet des droites extrêmes. **Réseaux**, 2017/2 (n° 202-203), p. 9-37. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-reseaux-2017-2-page-9.htm>

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa; com prefácio à edição de 1990**. São Paulo, SP: Ed. Unesp, 2014.

_____. 1997. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. v. 2.

_____. **Espace public et démocratie délibérative: um tournant**. Paris: Gallimard, 2022.

HONNETH, A. As enfermidades da sociedade: Aproximação a um conceito quase impossível. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 15, n. 4, p. 575, 1 mar. 2016.

_____. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003.

_____. **La Réification: petit traité de théorie critique**. Paris: Gallimard, 2007a.

_____. Recognition as Ideology. In: BRINK, B. V. D.; OEWN, D.. **Recognition and Power: Axel Honneth and the Tradition of Critical Social Theory**. New York: Cambridge University Press, 2007b, pp. 323-347.

_____. Democracia como cooperação reflexiva: John Dewey e a teoria democrática hoje. In: SOUZA, J.. (org). **Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea**. Brasília: Editora da UnB, 2001.

INDURSKY, A. C.. Psicanálise, fascismo e populismo: notas sobre a emergência do bolsonarismo no Brasil. **Teoría y Crítica de la Psicología**, v. 14, p. 150-162, 2020.

LACERDA, M. B.. O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro. Porto Alegre, RS: Zouk, 2019.

LATTMAN-WELTMAN, F.. Democracia e revolução tecnológica em tempos de cólera: Influência política midiática e radicalização militante. In: *Anais do VI Encontro da Compólitica*, PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2015.

_____. Comunicação, opacidade e crise política (ou, Mitologias: eu quero uma pra viver!). In: C.J.Napolitano, M.M.Vicente & M.C.Souza (Eds.), **Comunicação e cidadania política**,

São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2017.

LEITE, L. R. T.; MATOS, J. C. M.. Zumbificação da informação: a desinformação e o caos informacional. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e documentação**, São Paulo, v. 13, n. esp. p. 2334-2349, CBBD 2017.

LESSA, R.. Homo Bolsonaro: De como nasceu e se criou o confuso e perigoso animal artificial que encarna momentos arcaicos da sociabilidade brasileira [edição especial]. **Serrote**, 2020, 46-67. Disponível em: <https://bit.ly/3OHqqUw>
» <https://bit.ly/3OHqqUw>

GUTERMAN, N.; LOWËNTHAL, L.. Les prophètes du mensonge: Étude sur l'agitation fasciste aux États-Unis. Paris: La Découverte, 2019.

LUBENOW, J. Ad.. A despolitização da esfera pública em Jürgen Habermas sob a perspectiva epistemológica. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, v. 1, n. 22, p. 84-104, 11, 2013.

PALERMO, L. C.. A importância da teoria do agir comunicativo na atualidade: racionalidade, mundo da vida e democracia deliberativa. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, v. 6, n. 6, p. 01-17, 2014.

PASQUINI, P.. 90% dos eleitores de Bolsonaro acreditaram em fake news, diz estudo. **Folha de S. Paulo**, 2 de nov. de 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/90-dos-eleitores-de-bolsonaro-acreditaram-em-fake-news-diz-estudo.shtml>. Acesso em: 22 de maio de 2020.

PIOVEZANI, C.; GETILE, E. **A linguagem fascista**. São Paulo: Hedra, 2020.

PROGRAMA DE COMBATE À VIOLENCIA E À DISCRIMINAÇÃO. **Caderno Escola sem Homofobia** / Brasil: ECOS – Comunicação e Sexualidade, 2011.

QUINALHA, R.. Desafios para a comunidade e o movimento LGBT no governo Bolsonaro. In: Vários Autores. **Democracia em risco: 22 ensaios sobre o Brasil de hoje**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, pp. 256-273.

RATIER, R. P.. Grupos de Direita no WhatsApp: Estudo Exploratório de uma Rede em Expansão. **42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, [S. l.], p. 1-15, 7 set. 2019.

RIBEIRO, L. M.. Imprensa e esfera pública: o processo de institucionalização do jornalismo no Brasil (1808-1964). **Comunicação & Sociedade**, v. 25, n. 41, p. 95-114, 2003.

SALGADO, D.. Livro citado por Bolsonaro no Jornal Nacional não foi distribuído em escola. **O GLOBO**, 29 de ago. de 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/livro-citado-por-bolsonaro-no-jornal-nacional-nao-foi-distribuido-em-escola-23021610>. Acesso

em: 31 de agosto de 2018.

SOUSA, J. H.; RAASCH, M.; SOARES, J. C.; RIBEIRO, L. V. H. A. S. “Da desinformação ao caos: uma análise das fake news frente à pandemia do coronavírus (COVID-19) no Brasil”.

Cadernos de Prospecção, vol. 13, n. 2, 2020.

STARLING, H.. O passado que não passou. In: Vários Autores. **Democracia em risco**: 22 ensaios sobre o Brasil de hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, pp. 337-354.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ). Inquérito 4781 Distrito Federal, 2022.

Disponível em: [Manifestac_a_o PET 10543.pdf - Google Drive](#)

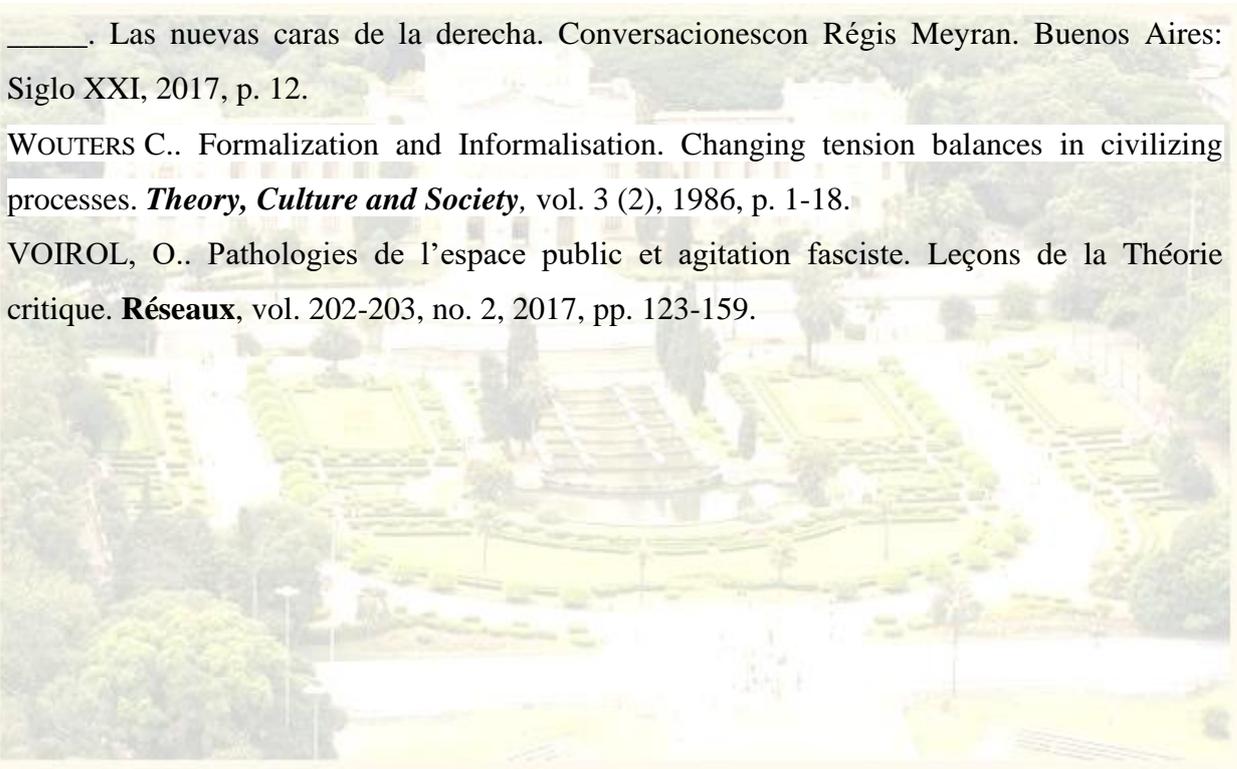
TRAVERSO, E.. Espectros del fascismo. Pensar lasderechasradicalesenelsiglo XXI.

Herriamenta, Buenos Aires, n. 58, outono de 2016. Disponível em <https://bit.ly/2FLfhRg>

_____. Las nuevas caras de la derecha. Conversaciones con Régis Meyran. Buenos Aires: Siglo XXI, 2017, p. 12.

WOUTERS C.. Formalization and Informalisation. Changing tension balances in civilizing processes. *Theory, Culture and Society*, vol. 3 (2), 1986, p. 1-18.

VOIROL, O.. Pathologies de l’espace public et agitation fasciste. Leçons de la Théorie critique. **Réseaux**, vol. 202-203, no. 2, 2017, pp. 123-159.



All Rights Reserved © Polifonia - Revista Internacional da Academia Paulista de Direito

ISSN da versão impressa: 2236-5796

ISSN da versão digital: 2596-111X

academiapaulistaeditorial@gmail.com/diretoria@apd.org.br

www.apd.org.br



This work is licensed under a [Creative Commons License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)